



O jovem sob três perspectivas: acadêmica, política e cultural¹

Silvia Helena Simões Borelli, Rita de Cássia Alves Oliveira, Ana Carolina Viestel

Laguna, Ariane Aboboreira e Maria Carolina Silva Fernandes dos Santos²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Resumo

O presente artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre juventude caracterizando-a como um segmento social que sofre profundas transformações por conta de fatores como as intensas mudanças sociais, políticas e econômicas. Nesse contexto é importante questionar as diferentes formas de participação construídas pelos jovens ao longo da história e qual o papel da juventude nas mudanças em curso. Para tal análise é interessante captar os marcos e acontecimentos históricos significativos ocorridos, no Brasil, entre as décadas de 1960 e 2000. Os referidos marcos históricos organizam-se ao redor de três eixos analíticos: campo teórico (marcos da produção acadêmica sobre juventude); políticas públicas (marcos de produção de uma legislação para a juventude) e acontecimentos estético-culturais, tendo em vista que tais eixos evidenciam a presença dos jovens como sujeitos sociais em sua pluralidade.

Palavras-chave

Jovens Urbanos, Produção Acadêmica; Marcos Estético-Culturais; Políticas Públicas.

Corpo do trabalho

A pesquisa *Jovem Urbanos* analisa desde 2001 jovens metropolitanos, numa perspectiva multimetodológica e interdisciplinar, uma vez que compreende a dimensão antropológica, histórica e comunicacional tanto dos fenômenos, quanto das próprias estratégias, tendo sempre em vista a relevância da temática juvenil na produção acadêmica. Essa pesquisa, vinculada a uma rede internacional de investigadores³, numa primeira etapa dedicou-se à análise de concepções de jovens urbanos sobre vida e morte relacionados à experimentação da violência e ao consumo cultural. Foram objetos de investigação jovens com idade entre 15 e 24 anos, moradores de áreas de contraste situadas na zona sul e oeste da cidade de São Paulo.

¹ Trabalho apresentado na Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² As autoras do texto, Ana Carolina Viestel Laguna, Ariane Aboboreira e Maria Carolina Silva Fernandes dos Santos são estudantes de graduação em Ciências Sociais da PUC-SP e bolsistas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, integrantes do grupo de pesquisa “Jovens Urbanos: articulações estéticas e ações culturais cidadãs”, coordenado pelas professoras Dra. Silvia Helena Simões Borelli e Dra. Rita de Cássia Alves Oliveira.

³ Esta rede vem sendo alimentada por meio de convênios internacionais bilaterais entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e as seguintes instituições: Universidad Central de Bogotá - Colômbia (em vigor); Universidad de Manizales - Colômbia (em vigor), membro participante e atuante da CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), para o período de 2007 a 2010.



Nessa nova etapa da pesquisa, a concepção de juvenil permanece articulada à vivência cotidiana, à experimentação da urbanidade e à produção imagética e imaginária permeadas por contextos tecnológicos e pela cultura da visualidade. A perspectiva teórica continua sendo pautada pela concepção de juventude como categoria ao mesmo tempo universal e nômade. Interessa, nesse momento, investigar as ações estético-culturais juvenis consideradas como locus privilegiado de ação política na contemporaneidade, para tanto é necessário reconstruir uma trajetória histórica em torno de marcos e acontecimentos relativos as décadas de 1960 a 2000 divididos em três eixos: campo teórico (marcos da produção acadêmica sobre juventude); políticas públicas (marcos de produção de uma legislação para a juventude); acontecimentos estético-culturais.

Campo teórico no Brasil: marcos da produção acadêmica sobre juventude

O objetivo do levantamento bibliográfico é mapear e analisar a produção acadêmica sobre juventude no Brasil entre os anos 1960 e 2000. A metodologia adotada supõe uma varredura nos acervos das principais instituições de ensino superior, historicamente legitimadas como campos (Bourdieu, 1988) de produção intelectual no Brasil.

Já se pode considerar a existência de uma dificuldade na construção desta cartografia para a década de 1960 e 1970, seja porque não há uma produção significativa sobre o tema, como também porque os acervos nem sempre se encontram disponíveis e demandam outras formas de abordagem que estão sendo providenciadas. Ainda assim, evidencia-se como marco o texto “O Jovem Radical” (1968), de Octávio Ianni, que problematiza a questão dos movimentos estudantis, abordagem esta que será preponderante para conceber a juventude na década subsequente.

Os trabalhos produzidos na década de 1970 buscaram problematizar o universo dos jovens universitários, traçando questionamentos da relação deste jovem com o vestibular e as tensões que tal decisão provoca além de verificar quais são as novas atitudes deste jovem neste novo ambiente. Existe ainda a intenção de mapear as práticas de lazer que fazem parte deste universo universitário.

Na década de 80, há uma preocupação em realizar uma etnografia dos novos grupos e dos novos lugares que estão sendo ocupados, estes estudos estão em consonância com a perspectiva de Maffesoli (2000), pois para o autor, os jovens vão



formando novas redes de sociabilidade que se constroem/reconstroem na medida em que, segundo uma perspectiva nômade, caminham, traçam e trançam suas trajetórias.

Os movimentos *punks* e a JOC (Juventude Operária Católica), foram captados pelos estudiosos da juventude em suas formações e crises, pois traziam novidades em relação a participação do jovem no contexto urbano, este ator social sai das esferas das universidades e dos movimentos estudantis e passa a agir em outros locais. A produção acadêmica nos campos da antropologia e da educação começam a investir na análise da relação do jovem com a sexualidade, analisando o domínio da moralidade associada à vida social, passando pelas rupturas geracionais e pelas construções simbólicas que foram possíveis captar na fronteira que há entre as escolas e as festas. Com estas análises foi explicitado que há diversas juventudes e que variam de acordo com o estilo de vida que levam e da visão de mundo que possuem.

Em 1990, os trabalhos ressaltam os protagonismos juvenis que despontam, expressando configurações originais ou novas articulações entre o político e o cultural. Há trabalhos que estudam o universo do Heavy Metal, dos punks e darks, outros o rock ou ainda a importância do rastafari para os jovens de Salvador, esta juventude inova a forma de intervenção no espaço público e passa a se configurar como um problema social. No âmbito político o destaque está para os “caras pintadas”, nome que foi atribuído aos jovens de todo o país que se manifestaram favor do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello.

Os trabalhos que foram desenvolvidos na área de educação demonstram grande preocupação com os jovens que não freqüentam a escola e com a dificuldade de inserção do mercado de trabalho, normalmente estes trabalhos procuram elucidar quais são os projetos de vida destes jovens, quais são suas experiências e suas sociabilidades. É nesta década que o *graffiti* passa a ser observado como uma manifestação de sociabilidade entre os jovens, pois se trata de uma manifestação artística que se difunde de forma intensa principalmente nos centros urbanos.

Os acervos digitais privilegiam o levantamento de trabalhos realizados nesta década, pois a digitalização é realizada a partir das produções mais recentes, logo nesta década há uma quantidade maior de trabalhos que podem ser analisados e que abordam os mais diversos temas.

A preocupação que despontou na área da educação na década de 1990 ganha força nas produções mais recentes (anos 2000), e ressalta-se que as análises estão sempre atreladas a projetos que são desenvolvidos por ONG's, que se preocupam com a



formação destes jovens, com as perspectivas de vida, com alternativas para sobrevivência e lazer, com a sociabilidade e formação cidadã.

Os diversos agrupamentos que constituem novas formas identitárias estão bem presentes nos trabalhos desta década, e a cultura *Hip Hop* é a predileta dentre estas novas manifestações culturais, existem as mais diversas formas de se aproximar deste movimento, na maioria das vezes é para entender como esta música se transforma em protesto político e como age nas subjetividades dos jovens habitantes das periferias de grandes centros urbanos, há autores que vêm no *Hip Hop* uma nova perspectiva de inserção social ou uma nova forma de agir politicamente.

É interessante observar que nesta década há uma preocupação com os jovens de áreas rurais e de assentamentos buscando entender as características e as práticas político-culturais destes jovens, além de analisar como jovens no contexto de assentamento rural compreende o universo urbano.

Os trabalhos desenvolvidos na área de psicologia destacam a relação do jovem no mundo do trabalho, a tensão desta fase para a vida adulta e os problemas que a dificuldade de inserção no mercado pode provocar no desenvolvimento deste jovem como ator social.

Políticas Públicas de Juventude

Tendo por base a análise das leis de cada período e procurando compreender a trajetória histórica da sociedade brasileira dentro deste momento determinado, de 1960 a 2000, criamos um panorama da situação das Políticas Públicas voltadas para juventude. É importante ressaltar que cada período vem como conseqüência ou resposta ao anterior.

As décadas de 60 e 70 correspondem ao período do golpe Militar no Brasil. Época em que o jovem não está consolidado como categoria de ação social, mas é visto, pelo governo, misturado aos estudantes do ensino médio e universitário, que em sua maioria pertenciam à classe média. Por isso, não é de se estranhar a ausência de Políticas Públicas voltadas à juventude, já que o dito jovem / estudante possuía acesso aos meios. Este jovem ganha espaço e voz na cena política quando se engaja aos movimentos estudantis para apoiar ou questionar o governo vigente. Entendendo esta juventude como potencialmente perigosa, o Estado se manifesta como agente repressor.



Em meados da década de 70 e início da década de 80, muda-se a cena política do país. Com um movimento da sociedade civil melhor organizado e pedindo pela redemocratização do Brasil, o governo militar é obrigado a se re-posicionar e a se afastar. Nesta hora, também, perde força o movimento estudantil que, ao final da ditadura, já não encontra mais função política.

A sociedade civil implode em manifestações e passa a ter controle de suas ações políticas, volta seu olhar para um novo personagem: o “pivete” entra em cena.

Por meio das pressões sociais, foi possível enxergar as juventudes brasileiras. O jovem deixa de ser apenas o estudante. Os olhares se voltam para os jovens infratores, com necessidades especiais, os que precisam ser aparados, assistidos.

Assim, a década de 80 é marcada pelo aparecimento de grande número de ONGs, partidos políticos e outras construções do movimento civil, que começam a ter olhares não só para as categorias oficialmente constituídas, mas para aquelas ignoradas, marginalizadas. É nesta época que o serviço social ganha função. Passa a atender as infâncias, os jovens, os excluídos. O Estado assume a tarefa de incluir socialmente o jovem e de descriminalizá-lo.

Esta década também corresponde ao período em que o Estado menos fez pelo social. Não que o governo civil, quando assumiu, tenha sido displicente, mas pelo fato do governo militar que o antecedeu ter deixado as contas do Estado quebradas. Sofrendo forte pressão da sociedade civil que exigia mudanças, o Estado promulga a Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabelece os deveres do Estado para com a parcela infante-juvenil.

Todas estas forças em movimento fizeram com que a década de 90 tivesse início com um marco histórico: é lançado no Brasil, em 1990, o ECA – Estatuto da criança e do adolescente - que conceitua quem é no Brasil criança (até 12 anos incompletos) e quem é o adolescente (entre 12 e 18 anos, podendo chegar a 21 quando houver alguma situação de risco), coloca em lei estas categorias como possuidoras de direitos especiais e sobre pena jurídica qualquer um que desobedeça a legislação, inclusive o próprio beneficiado. É no governo de Fernando Henrique Cardoso que esta preocupação ultrapassa a barreira do adolescente e o jovem entra em foco.

Apesar dos programas de Políticas Públicas voltadas à juventude deste governo estarem perdidos em oito Ministérios sem nenhuma estrutura que os articulem, estes, pelos simples fato de existirem, podem ser considerados como um marco, afinal são programas constituídos com a intenção de incluir socialmente o jovem.



Com o passar do tempo esta idéia de juventude se transformou em conceito e hoje o Brasil tem estabelecido o que considera como jovem: “a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e 29 anos⁴”; até 2005 seguíamos o padrão da Unesco que estabelece um período de 15 a 24.

Começamos os anos 2000 com o tema juventude na moda, principalmente dentro das questões políticas. No ano de 2002, o então candidato à eleição à presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva, se elege tendo como uma das temáticas de sua plataforma eleitoral o jovem e sua luta pelo reconhecimento social de seus direitos.

Tendo também por base a bandeira de descriminalização do jovem e seu reconhecimento como um sujeito de direitos universais e específicos, o governo Lula aprovou na Câmara de Políticas Sociais a criação de um Grupo Interministerial da Juventude com o objetivo de “identificar caminhos e formular uma política nacional para a juventude, refletindo o compromisso governamental com os jovens brasileiros⁵”. Este grupo de trabalho é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e composto por vários ministérios e secretarias.

Como parte de seu trabalho o grupo recebeu a função de definir o perfil do jovem brasileiro na faixa de 15 a 24 anos, estabelecer e problematizar os desafios a serem enfrentados, mapear as atuações dos planos governamentais que atendem a esta categoria, mesmo que não de forma exclusiva e propor soluções.

Este trabalho vem se tornar real no ano de 2005, quando ocorre a sanção da Lei 11.129 que estabelece a criação do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), com a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais e da Secretaria Nacional de Juventude, que tem por responsabilidade articular todos os projetos direcionados ao Jovem.

Apesar de começar a ser visto como ator, ainda é preocupação do governo tornar este jovem trabalhador, assim, com a Lei nº 11.180 (2005) o governo mostra-se

⁴ Política Nacional de juventude: Diretrizes e perspectivas/ Regina Célia Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa(orgs.) – São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006. Pg

⁵ Subsídios para a construção de uma política de juventude - um balanço da atuação governamental - Material cedido por Edison Pistori - Coordenador-executivo da Conferência Nacional da Juventude. Pág.04



preocupado com o ensino profissionalizante e coloca em Lei o programa Escola de Fábrica, que garante bolsa auxílio e a formação de profissionais capacitados para atuar no mercado de trabalho da região, além do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do PET, programa de fomentação a pesquisa acadêmica.

Em 2006 o Governo lança o Guia de Políticas Públicas de Juventude, no qual relata os programas que estão em desenvolvimento para atender a esta categoria.

Em 2007, mostrando realmente interesse no jovem, o governo Federal faz entrar em vigência a Medida Provisória nº 411, que Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129.

Este programa é voltado diretamente para atender o Jovem (entre 15 a 29 anos) e têm por objetivo promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano.

No final do ano começaram a ocorrer os encontros regionais de juventude que culminam em 2008 na I Conferência de Políticas Públicas de Juventude, que foi promovida com a intenção de contar com a participação dos jovens de todo o país na elaboração de Políticas Públicas que realmente atendam a suas necessidades.

Acontecimentos estético-culturais

O objetivo desse eixo metodológico e analítico é investigar os principais acontecimentos e marcos estéticos e culturais que evidenciem o protagonismo juvenil ou que tenham sido mobilizadores de grandes contingentes juvenis; os grandes fenômenos de modificação comportamental, detectando tendências, apreendendo comportamentos e novos significados, buscando compreender como caminha a diversidade e os fatos contextuais que impulsionam mudanças; e as mobilizações políticas destacando especificidades, contextos e formas organizativas da participação juvenil. Para empreender esta investigação recorre-se a um levantamento e análise bibliográficos e outras fontes como jornais, revistas, reportagens, obras de ficção literária, sites e o cinema (ficção e documentário) considerado também como um meio privilegiado para se ter acesso a uma cultura. Será apresentada agora uma leitura preliminar do andamento da pesquisa.

Para refletir sobre a posição dos jovens na sociedade atual, a década de 60 é emblemática é o momento em que o jovem adquire visibilidade de maneira contundente no cenário político e social, deixa de ser sujeito passivo para transformar-se em



protagonista ativo. O Brasil dos anos 60 vivia um momento de efervescência e de radicalização política, nesse contexto, os jovens pela via da contestação e da rebeldia buscavam a transformação do mundo e uma renovação cultural que abarcasse as artes, a política, a educação e a sociedade. Foi dessa mistura de cultura, política e comportamento que surgiram manifestações como o Tropicalismo, o Cinema Novo e os CPCs.

“Inaugurado” por Caetano Veloso e as guitarras elétricas da canção *Alegria, alegria*, o Tropicalismo foi acusado de promover uma desvalorização da música e da cultura nacional, no entanto, outros artistas logo incorporaram essa nova proposta estética, não só na música, mas nas artes plásticas e também no teatro. Muitos autores apontam que o fato dos tropicalistas rejeitarem a arte que submetia os objetivos estéticos a finalidades políticas imediatas gerou um mito entre a porção dita mais politizada do público estudantil de que esses artistas eram alienados e se omitiam sobre questões políticas. Na verdade a proposta do movimento tropicalista era arriscar algo novo que superasse os experimentos da bossa nova acrescentando politização às canções e uma linguagem mais pop e bem humorada, ao mesmo tempo irônica e contundente.

O Cinema Novo e a chamada “estética da fome” idealizada por Glauber Rocha e levada adiante por uma geração de jovens cineastas que acreditava num cinema que fosse o espelho da realidade brasileira e pudesse expressar os grandes problemas sociais do país, influenciou e alimentou discussões intermináveis de jovens em mesas de bar e universidades. A discussão girava em torno tanto da estética cinematográfica diferenciada de tudo feito até então no país, da genialidade de Glauber Rocha que fazia seus filmes com poucos recursos financeiros, mas repletos de metáforas e alegorias, quanto à questão política implícita nesse novo cinema.

Os Centros Populares de Cultura (CPCs) criados pela União Nacional dos Estudantes constituído por jovens secundaristas e universitários de todo o país, a maior parte deles proveniente da classe média, tinham como meta construir uma cultura popular e nacional que levasse a consciência revolucionária ao trabalhador brasileiro. O CPC, durante uma época, organizou excursões teatrais por todo o país através da Unevolante, promovendo peças nas ruas, em fábricas, nas periferias e espetáculos musicais, realizaram também uma produção cinematográfica coletiva: *Cinco vezes favela* que pode ser entendido como uma colocação em prática dos princípios do CPC - a utilização da arte e do cinema para difusão dos objetivos políticos.



Nos anos 60, o teatro também foi marcado pela encenação de peças importantes como *Roda-Viva* e o *Rei da Vela* do grupo Teatro Oficina cuja proposta do diretor José Celso Martinez Corrêa era chocar, arrancar o público da postura passiva de espectador do teatro e da vida. Plínio Marcos dirigiu a peça *Navalha na Carne* também com a mesma proposta, mas apresentando uma estética marginal repleta de palavrões e provocações.

Na contramão da rebeldia esteve a Jovem Guarda, movimento musical vinculado à televisão e responsável por introduzir no Brasil a cultura pop e com ela todo um setor da indústria cultural. A Jovem Guarda criou os primeiros ídolos jovens do país que compuseram canções inspiradas em seus cotidianos e promoveram a consolidação de algumas modificações comportamentais. A cantora Wanderléa ao incorporar em seu figurino a minissaia legitimou, de uma certa forma, a transformação nos costumes que vinha ocorrendo nas ruas. Para as mulheres a minissaia e outras peças do vestuário relacionavam-se a um processo maior de autonomia e emancipação feminina. Com a chegada da pílula anticoncepcional assume-se o corpo como fonte de prazer, em oposição às gerações anteriores, os jovens exerceram sua sexualidade com uma liberdade muito maior. O modelo de família nuclear era desprezado por eles que buscavam novas experiências em relacionamentos alternativos.

Todos esses movimentos culturais e estéticos atrelam-se fortemente às manifestações políticas juvenis da década e nada se assemelhavam à prática política tradicional, esses jovens acreditavam que as mudanças deveriam ser alcançadas através de um novo estilo de mobilização e contestação. Com o regime militar e o estabelecimento da censura esse processo de politização da produção artística passou a ser duramente perseguido o que intensificou as manifestações e passeatas em oposição ao regime.

Esta foi a tônica dos movimentos estudantis da década de 1970: a resistência à ditadura militar. Uma vez extintas todas as formas de participação política, muitos jovens optaram por aderir à luta armada. A guerrilha urbana era composta majoritariamente por jovens estudantes de classe média, alguns intelectuais, e sindicalistas que abandonavam a vida legal para viver na clandestinidade. A repressão foi imediata instaurou-se o terror, a tortura e a delação como práticas comuns incentivadas pelo Estado, tornaram-se constantes batidas policiais e seqüestros de pessoas em plena luz do dia, qualquer motivo como ausência de documentos ou a



simples “intuição” dos militares era pretexto para levar para averiguação nos porões da ditadura.

Os jovens que optaram por essa via revolucionária ignoravam suas questões pessoais em prol do bem coletivo e do objetivo maior: a revolução socialista. Por esse motivo desprezavam outra parcela significativa de jovens preocupados com suas próprias revoluções comportamentais. Esses jovens taxados de alienados pelos revolucionários estavam envolvidos em uma missão de transformação da própria vida buscando novas práticas cotidianas e novas formas de sensibilidade. Os movimentos juvenis embalados pela Contracultura propunham uma crítica aos valores e estruturas de pensamento da sociedade ocidental. Essa nova cultura foi responsável por toda uma geração incorporar o estilo de vida *On the Road*, a sexualidade à flor da pele, o consumo coletivo de drogas e uma atitude permanente de contestação.

Os Hippies, frutos também da Contracultura, tinham como lema o pacifismo e o amor livre. Muitos jovens buscando uma nova vida mudaram-se para comunidades naturalistas em outros Estados como a Bahia. No Rio de Janeiro o principal ponto de encontro dessa e de outras turmas era o píer de Ipanema onde as pessoas se reuniam para conversar, experimentar drogas, romper com tabus sexuais e trocar experiências sobre alimentação vegetariana e macrobiótica. Por lá também desfilava a atriz Leila Diniz símbolo da emancipação feminina foi uma das primeiras mulheres a dar declarações públicas sobre sexualidade, relacionamentos e trabalho feminino fora de casa. Causou polêmica ao expor sua gravidez na praia num biquíni.

Para esses jovens o que importava eram as novas formas de criação algo que pudesse fundir experiência de vida e estética. No teatro surgiam grupos de criação coletiva como os cariocas do *Asdrúbal Trouxe o Trombone* e os paulistas do *Pessoal do Vitor* que privilegiavam temas relacionados aos problemas da juventude da época. Na música despontavam artistas com trabalhos produzidos com poucos recursos financeiros, grupos experimentais e gravadoras independentes. Produções artísticas como a poesia e a literatura também experimentaram formas alternativas de distribuição, a literatura e poesia marginal era divulgada pelos próprios autores que mimeografavam poucos exemplares de suas obras e vendiam de mão em mão em bares, portas de cinema, universidade e museus. Torquato Neto, Ana Cristina César, Waly Salomão, Paulo Leminsky, Charles e Chacal foram alguns dos escritores que ficaram conhecidos como “geração do mimeógrafo”.



Na década de 1980, com a redemocratização, o fim da censura e a volta dos exilados havia uma grande esperança nos rumos do país e da política que não se concretizou. As seguidas crises econômicas, a inflação batendo recordes configuravam um cenário de decepções e sonhos distantes. No comportamento, a liberação sexual das décadas anteriores assustou-se diante do medo das doenças sexualmente transmissíveis como a aids. Ao mesmo tempo era notável a presença de uma juventude ávida por conhecimento sobre o que aconteceu na década anterior e o que estava para acontecer. Alguns autores apontam para o crescimento da literatura de esquerda desse período. Nesse contexto, o livro *Feliz Ano Velho* escrito por Marcelo Rubens Paiva entrou para a lista dos mais vendidos virou peça e depois filme contando a história da adolescência do autor e do acidente que o deixou paraplégico. Na chamada década perdida os movimentos estudantis perderam sua inserção no cotidiano e ganharam visibilidade os metaleiros, carecas, skinheads, darks, rastafaris, rockabilly, rappers e punks que apontaram novidades nas identidades juvenis e diferentes expressões de jovens descrentes e insatisfeitos com os rumos da sociedade.

Nos anos 90, um acontecimento marca a juventude que estava sendo chamada pela mídia e por alguns analistas de apática, consumista e alienada em comparação aos jovens dos anos 60 e 70. Em 1992, o então presidente Fernando Collor é investigado por corrupção em razão de uma série de denúncias feitas por seu irmão Pedro Collor, mobilizações juvenis favoráveis ao *impeachment* de Collor acontecem cada vez com maior frequência e número de participantes e são dotadas de forte apelo estético. Por ocuparem as ruas com o rosto pintado com as cores verde e amarelo esses jovens ficaram conhecidos como os “cara-pintada”. Ainda assim houve quem dissesse que a atitude desses jovens foi manipulada pela emissora de televisão Rede Globo que exibia a minissérie *Anos Rebeldes* que tratava dos acontecimentos do ano de 1968.

É importante observar que os meios de comunicação ignoraram as novas formas de participação desarticuladas do movimento estudantil e vinculadas principalmente às atividades culturais que adquiriram maior visibilidade somente na década seguinte. Em 2001 o Fórum Social Mundial organizado por movimentos sociais, proposto inicialmente como contraposição ao Fórum Econômico de Davos na Suíça e realizado no mesmo período de tempo que este, reuniu dez mil pessoas em Porto Alegre para debater alternativas ao capitalismo, celebrar a diversidade, discutir temas relevantes e buscar alternativas para questões sociais. Em ressonância aos acontecimentos de Seattle em 30 de novembro de 1999, onde cerca de 50 mil pessoas saíram às ruas da cidade



para protestar contra políticas de desregulamentarização e liberalização da economia bloqueando os acessos do local de encontro provocando o cancelamento da reunião “rodada do milênio” da OMC, grupos de jovens autogestionários de inspiração anarquista mobilizaram-se para protestar contras as reuniões do FMI e do Banco Mundial em são Paulo. Outras manifestações seguiram-se tendo como principal característica a heterogeneidade dos participantes: grupos socialistas e coletivos anarquistas, movimento gay e feminista, os ecologistas radicais e o movimento estudantil independente.

Atualmente destaca-se um forte movimento cultural de jovens provenientes da periferia que se articulam em torno da música, do teatro, da dança e da produção audiovisual. Não estão em busca de tutela estatal, não sujeitos de políticas públicas, pelo contrário, apropriam-se dessas políticas voltadas a juventude para conseguir financiamento que viabilizem ou dêem continuidade aos seus projetos, às suas criações artísticas, constituem-se dessa forma em agentes ativos.

Para refletir sobre questões associadas à juventude é fundamental uma revisão nos conceitos produzidos pela academia, mesmo com a escassa produção das duas primeiras décadas propostas, pois neste período o termo utilizado era adolescência e se limitava apenas a faixa etária. Essa investigação possibilita compreender o vácuo existente nas políticas publicas entre os anos 60 até os 80 quando os jovens eram vistos pela formalização jurídica e divididos entre maiores de idade e menores de idade numa espécie de estado de espera que os confinava ao exercito ou a escola.

Da análise dos marcos estético-culturais e das modificações comportamentais é notório um descompasso: enquanto milhares de jovens ocupavam as ruas buscando tanto a revolução social, quanto a revolução da própria vida e a produção acadêmica tratando desses momentos de forma tardia, é somente a partir dos anos 1980 que emergem produções que buscam elucidar o que provocou e quais foram os desfechos de tais manifestações protagonizadas por jovens.

É importante ressaltar que a análise e o mapeamento propostos no início do artigo está em construção, tendo em vista que a pesquisa está em andamento, porém já possibilitaram algumas impressões e possíveis tendências acerca dos eixos que foram escolhidos para problematizar a questão dos jovens enquanto agentes sociais.



Referências Bibliográficas

BORELLI, Silvia H. S. e ROCHA, Rosamaria L. M. (coords.); OLIVEIRA, Rita C.A.; SILVA, Josimey C.; SILVA, Gislene; SOARES, Rosana L. **Jovens urbanos: concepções de vida e morte, experimentação da violência e consumo cultural**. São Paulo, Relatório FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), 2003.

_____. **Urbanas Juvenildades: modos de ser e de viver na cidade de São Paulo**. In: Margem. São Paulo: EDUC/FAPESP (PUC/SP), n. 20, 2004. p. 151-170.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción**. Madrid: Taurus, 1988.

CARMO, Paulo S. do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

DIAS, Lucy. **Anos 70: Enquanto corria a barca**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

HOLLANDA, Heloisa B. de, GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAFFESOLI, Michel. **Nomadismo Juvenil**. In: Nômadias. Bogotá: DIUC, n.13, out. 2000. p.152-158.

NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho(orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas - Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas - SP: Conselho Nacional de Juventude**. Fundação Friedrich Ebert, 2006.

ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**. 2.ed. Petrópolis: Vozes,1972.

RYOKY, André, ORTELLADO, Pablo. **Estamos vencendo!: resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004 (Coleção Baderna).

Subsídios para a construção de uma política de juventude - um balanço da atuação governamental - Material cedido por Edison Pistori - Coordenador-executivo da Conferência Nacional da Juventude

Acessados entre 03/03/2008 a 12/06/2008

Grupo Interministerial

(http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Documentos/GT_Interministerial_Juventude.pdf)

Lei 11129 – Planalto

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)

Lei 11180 - Ministério da Previdência Social

(<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/2005/11180.htm>)

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Senado Federal

(<http://www6.senado.gov.br/con1988/>)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Câmara dos Deputados

(<http://www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/estatutocrianca.pdf>)

Guia de Políticas Públicas de Juventude no Brasil – Secretaria Geral da Presidência da República

(http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/arquivos/guiajuventude.pdf)